

Relatório de Conjuntura

Política Fiscal

26 de novembro de 2021

Sumário

1	Estatísticas Fiscais: Análise acima da linha	3
2	Estatísticas Fiscais: Análise abaixo da linha	4

1 Estatísticas Fiscais: Análise acima da linha

Passado o pior momento da pandemia, que exigiu uma série de gastos extraordinários e não previstos no orçamento fiscal, as contas públicas começaram a se ajustar em 2021.

Em setembro, o resultado primário do Governo Central¹, calculado à partir da diferença entre receitas e despesas, gerou um superávit de R\$ 302 milhões a preços correntes. Este resultado registra um aumento significativo em comparação ao mesmo período do ano passado, no qual o Governo Central obteve déficit de R\$ 76,1 bilhões.

O quadro explica-se principalmente pela elevação das receitas (aumento de 20 %), em especial o aumento de 34% nas receitas administradas pela Receita Federal. Ao passo que houve redução de 30% nas despesas, motivado principalmente pela queda nos gastos necessários para reduzir o impacto da pandemia no país. Em comparação com setembro do ano passado, as despesas do Governo Central relacionadas ao combate ao COVID-19 reduziram-se cerca de 82%.

Além disso, em relação ao acumulado de janeiro a setembro, o Governo Central obteve déficit de R\$ 82,4 bilhões. Em termos reais, este resultado destaca uma redução no déficit em aproximadamente de 88%, em comparação ao mesmo período do ano passado.

Tabela 1: Resultado do Governo Central

Discriminação	SETEMBRO		ACUMULADO DO ANO	
	2020	2021	2020	2021
Receital Total (1)	121.996	151.804	1.012.942	1.370.199
Transf. por Repartição de Receita (2)	15.374	23.356	187.039	252.228
Receita Líquida (1 - 2)	106.621	128.448	825.903	1.117.971
Despesa Total (3)	182.766	128.146	1.503.350	1.200.457
Resultado Primário Governo Central (3 - 4)	-76.144	303	-677.446	-82.486

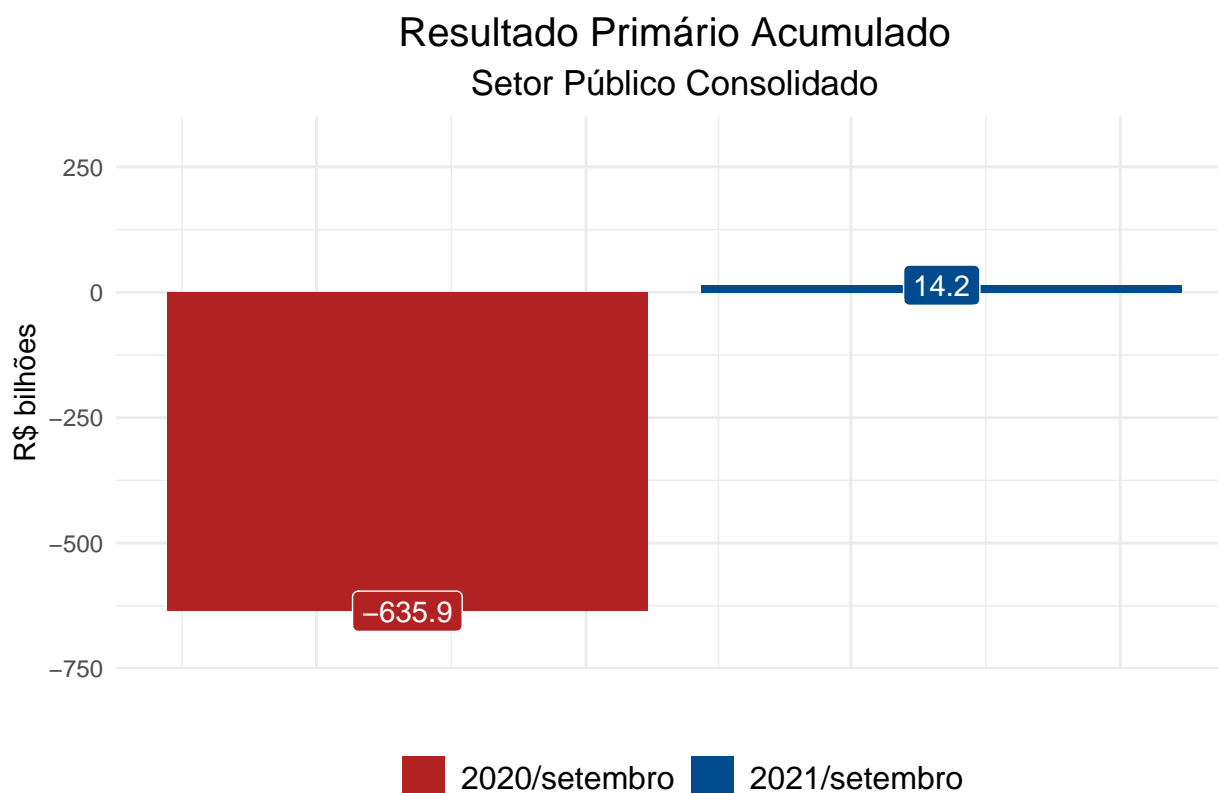
Fonte: Tesouro Nacional

¹O Governo Central é composto por Banco Central, Tesouro Nacional e Previdência Social.

2 Estatísticas Fiscais: Análise abaixo da linha

Para a análise do resultado primário do setor público consolidado – composto pelo Governo Federal, estados, municípios e empresas estatais, exceto Petrobrás e Eletrobrás – é utilizado o conceito de Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP). A NFSP refere-se a variação do saldo da dívida pública, portanto, variações positivas significam déficit, enquanto variações negativas correspondem a superávit.

Em setembro, o setor público consolidado obteve superávit primário de R\$ 12,9 bilhões, resultado positivo em comparação ao déficit de R\$ 64,5 bilhões registrado em setembro do ano passado. No acumulado do ano, o superávit primário foi de R\$ 14,1 bilhões, em relação ao ano passado, houve melhora no resultado fiscal, visto que o período fechou com déficit de R\$ 635 bilhões (11% do PIB).



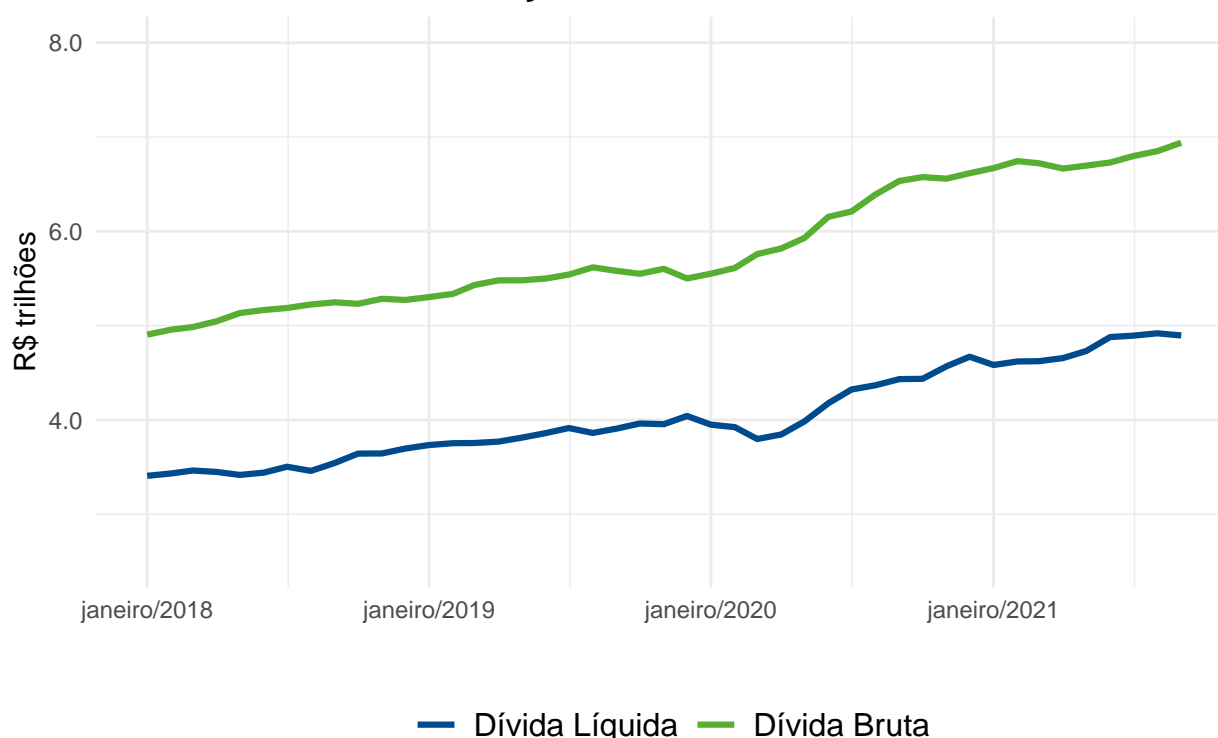
Fonte: Tesouro Nacional

A dívida líquida do setor público (DLSP), que inclui os passivos do governo exceto o pagamento

de juros, fechou o mês de setembro no patamar de R\$ 4,8 trilhões, cerca de 58,5% do PIB. Redução de 0,9 pontos percentuais em relação ao mês anterior e aumento de 10,4% comparado a setembro de 2020.

No que se refere a dívida bruta do governo geral (DBGG), verifica-se uma trajetória ascendente em relação ao PIB desde 2015. É importante salientar que a relação dívida/PIB é um dos principais indicadores fiscais quanto a sustentabilidade da dívida. Em setembro deste ano, o saldo da DBGG foi de R\$ 6,9 trilhões, o que corresponde a 83% do PIB, aumento de 0,3 pontos percentuais comparado a agosto deste ano.

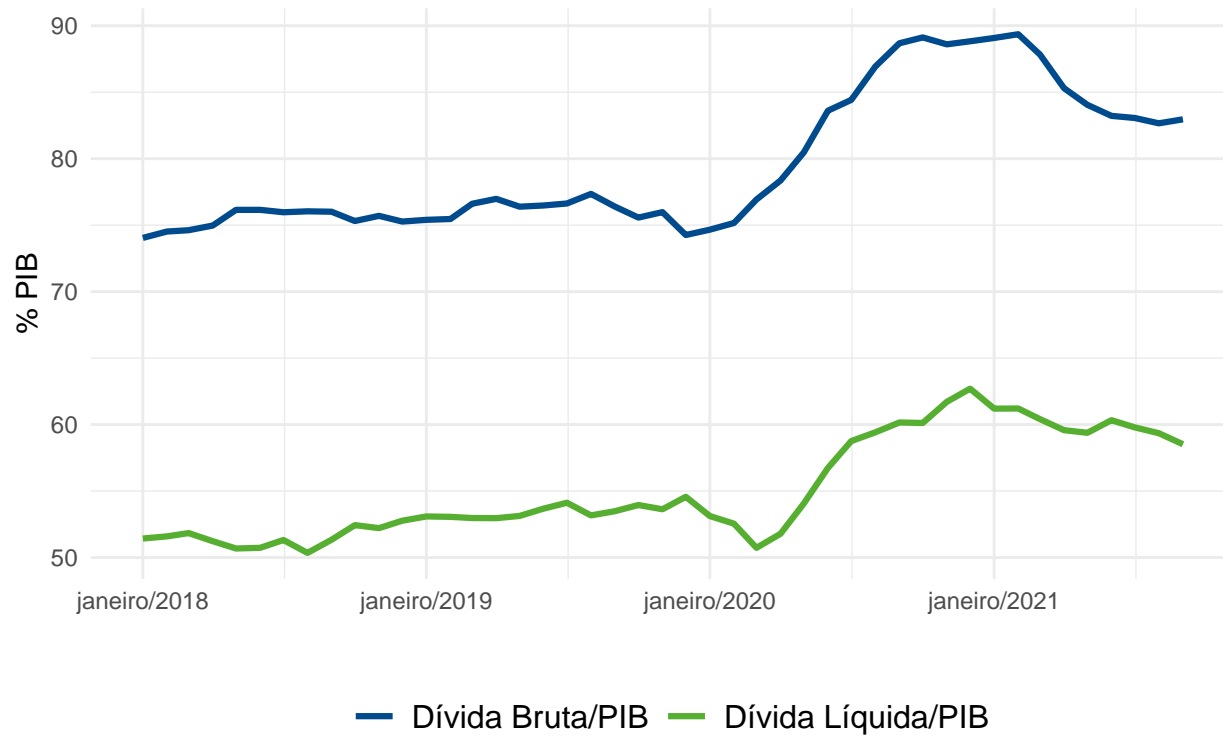
Evolução da Dívida Pública



Fonte: Banco Central

Por fim, os principais indicadores que explicam a relação dívida/PIB são os juros nominais, inflação, resultado primário e crescimento econômico. Nesse sentido, a alta da taxa Selic para conter a expectativa de alta da inflação pode explicar o crescimento da relação dívida/PIB. Por outro lado, o ajuste nas contas públicas provocado pela redução das despesas em 2021 é um fator importante para conter este avanço.

Evolução da Dívida Pública (%PIB)



Fonte: Banco Central